



Caos e Irresponsabilidade

Alexandre Santos

Comentário sobre o movimento grevista das polícias militares estaduais em função dos baixos salários praticados no País.

A crise, no entanto, não afetou o governo Cardoso que, irresponsavelmente, continuou dedicado a pressionar o Congresso Nacional para aprovar umas tais "reformas" que, ao invés de atender aos interesses do povo faminto e rebelado nas ruas, contempla apenas a vontade das elites

No embalo de Minas, o movimento das Polícias Militares em busca de melhores salários alastrou-se por todo o país, alcançando o CE, RN, PB, PE, AL, BA, SP, MG, RS, GO, MT e PA. Em Alagoas, a PM integrou-se ao cerco da Assembléia Legislativa para exigir a renúncia do gov. Divaldo Suruagi, travando renhido combate com as tropas do Exército, redundando o afastamento do governador e o ferimento de três pessoas. Juntamente com as PM's, outros órgãos de segurança, como Secretarias de Segurança Pública e setores importantes da Polícia Federal Rodoviária também se rebelaram por conta do arrocho salarial.

O Brasil foi transformado num barril de pólvora prestes a explodir.

Em AL, PE e GO tropas do Exército ocuparam as ruas para impedir saques e manter um mínimo de segurança para a população que, de longe, observava a movimentação dos policiais com uma pontinha de inveja. Com as PM's em greve, campeou a insegurança. Bancos, shoppings centers e o comércio em geral preferiram fechar as portas mais cedo a correr o risco de sofrer um "arrastão".

A crise, no entanto, não afetou o governo Cardoso que, irresponsavelmente, continuou dedicado a pressionar o Congresso Nacional para aprovar umas tais "reformas" que, ao invés de atender aos interesses do povo faminto e rebelado nas ruas, contempla apenas a vontade das elites. O governo Cardoso ainda aproveitou a crise militar (por conta da fome das PM's) para impor novas malvadezas aos estados, enfraquecendo o tênue equilíbrio federativo. Ao solicitar auxílio do governo federal para fazer frente ao aumento salarial concedido aos policiais civis e militares, o governo mineiro, por exemplo, foi surpreendido com a exigência de maior "redução de gastos" (eufemismo que, no governo Cardoso, indica demissão de pessoal). A ajuda federal a Alagoas está condicionada ao atendimento de outras chantagens, como, por exemplo, a privatização das empresas estatais (de preferência para algum estrangeiro, banco privado ou, mesmo, o grupo Vicunha) e (pasmé!) emprego de R\$ 165 milhões em programas de demissão de pessoal.

O governo Cardoso parece desconhecer que a penúria dos estados decorre estruturalmente da fragilidade do mercado interno, corrompido pela política econômica liberal, voltada apenas para enriquecer os já ricos, e, conjunturalmente, das conseqüências

do Plano Real e do Fundo de Estabilização Fiscal, que a Câmara dos Deputados aprovou durante esta última convocação extra, que retira dinheiro dos estados e municípios para jogar nas mãos do presidente já em campanha pela reeleição. A crise das PM's é mais séria do que o governo federal imagina, pois, além de tudo, representa o sentimento de revolta de toda a nação.

Alexandre Santos é presidente regional e dirigente nacional do Partido Solidarista Nacional (PSN)
Editorial de O Libertador, nº 63, da 2ª quinzena de julho de 1997.